

Suplicy aponta fraude maior no orçamento

JEFFERSON PINHEIRO

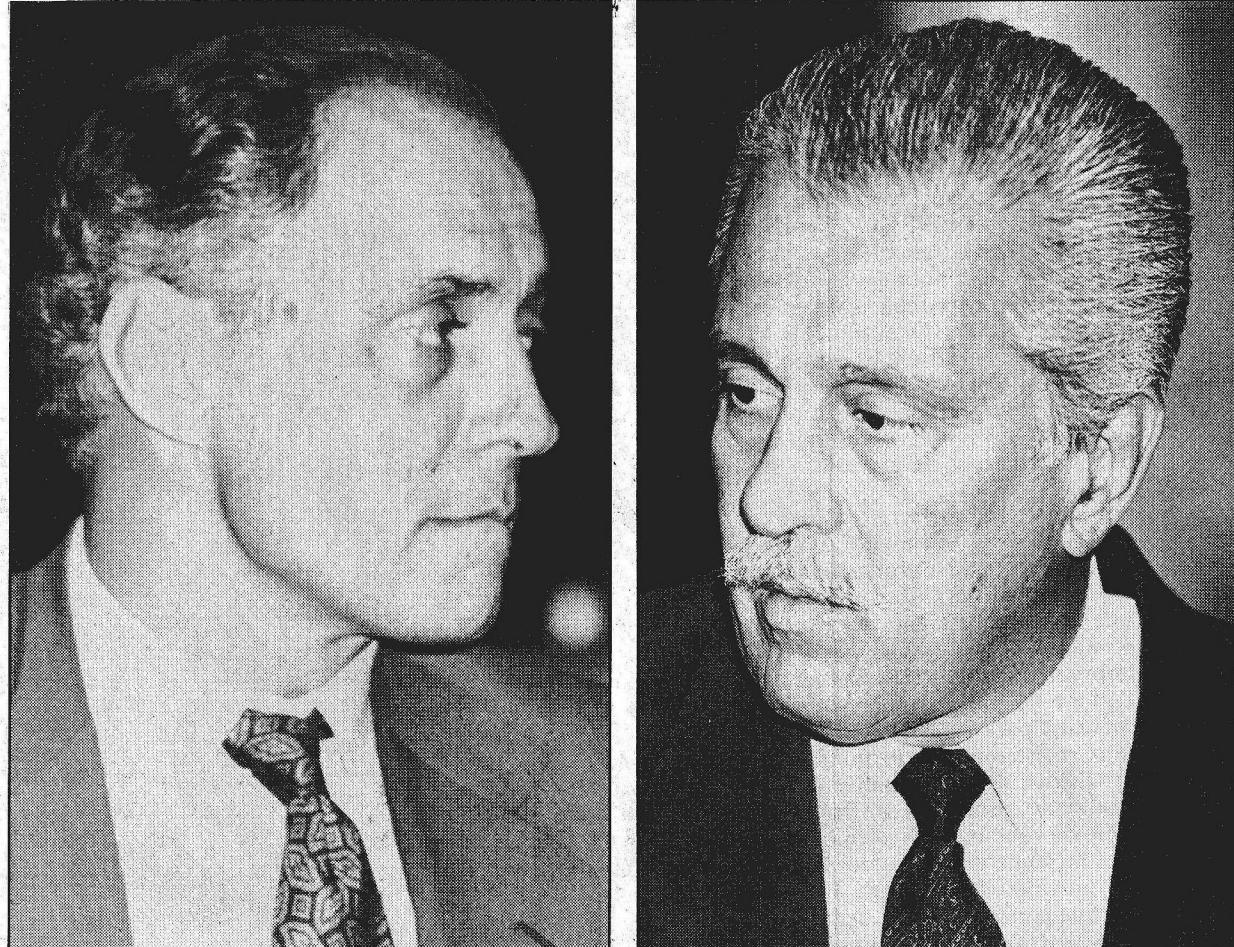
Tarcísio Holanda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fará discurso terça-feira, da tribuna do Senado, denunciando que o relator-geral do Orçamento da União, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), enxertou mais de 600 emendas, conforme resultado de levantamento que o parlamentar e seus assessores realizaram há dois meses. Ao mesmo tempo, Suplicy está entregando ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), o resultado do levantamento, com cópias de documentos, inclusive da ata da sessão em que o Congresso aprovou o Orçamento e as emendas que apareceram posteriormente.

No ofício que estará entregando ao presidente do Senado e do Congresso — e ao qual juntar-se-ão assinaturas de outros parlamentares, inclusive do líder do PT na Câmara, Eduardo Jorge, e do senador Pedro Simon (PMDB-RS), entre outros — Eduardo Suplicy dá conta dos resultados revelados pelo trabalho que procedeu no Orçamento e pede ao senador Mauro Benevides que adote “as providências cabíveis”.

Levantamento — Suplicy lembra que há dois meses, numa primeira checagem, revelou que haviam sido enxertadas 60 emendas, depois que o Congresso tinha aprovado o Orçamento. Na ocasião, o senador enviou ofício ao presidente do Senado e do Congresso, Mauro Benevides, pedindo que o problema fosse examinado com mais cuidado. Benevides encaminhou o assunto ao hoje ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, que “deu explicações insatisfatórias”, na opinião do senador paulista.

Benevides também remeteu o problema ao exame da Comissão Mista de Orçamento que, até hoje, não tomou providências. O deputado Messias Góes, atual presidente da comissão, não to-



Suplicy (E) irá à tribuna na terça-feira acusar Fiúza (D) de enxertar 600 emendas no Orçamento

mou qualquer decisão em relação ao assunto. “Não quis apurar”, conclui Suplicy.

Benevides também enviou ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, tanto a denúncia do senador Suplicy quanto a defesa que foi feita pelo deputado Ricardo Fiúza. Há três dias, o procurador-geral da República disse que o Congresso Nacional é que devia apurar toda essa história.

Suplicy julga que seria importante que o Congresso promovesse uma apuração isenta, através de comissão de senadores designada pela Mesa do Congresso, a fim de examinar tudo o que foi

aprovado no dia 19 de dezembro do ano passado e tudo o que foi acrescido posteriormente. A sessão da Comissão de Orçamento terminou às 5h15 da manhã daquele dia. Ficou decidido que, até às 16h do mesmo dia, a Comissão autorizava o relator-geral, Ricardo Fiúza, a corrigir erros “facilmente constatáveis”.

A Comissão Mista também autorizou que o parlamentar que desejasse fazer alteração em sua própria emenda, o fizesse. Assim, se um deputado ou senador incluiria no Orçamento uma dotação de Cr\$ 100 milhões para determinado município, poderia dividir entre dois municípios, a seu

critério. À noite do dia 19, o Congresso votaria o Orçamento de 1992, respeitando tudo o que fora aprovado na Comissão.

Minúcias — Suplicy vai exhibir, em seu discurso da próxima terça-feira, na tribuna do Senado, o levantamento minucioso que realizou nos últimos dois meses, mostrando que foram acrescentadas pelo relator-geral mais de 600 emendas. Trata-se de um trabalho de apuração que não mais se limitou ao Ministério da Ação Social, mas a todo o ministério, como faz questão de sublinhar o próprio senador Suplicy. As emendas foram acrescentadas após o dia 19 de dezembro, isto é,

depois da votação no plenário do Congresso.

“A redação final só foi entregue em fevereiro”, adverte o senador petista, acrescentando que estão assinando o ofício ao presidente do Congresso, reclamando “providências cabíveis”, o senador Pedro Simon, e os deputados Eduardo Jorge, líder do PT na Câmara, Paulo Hartung (PSDB-ES) e Jacques Wagner (PT-BA). Suplicy pedirá ao senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA) que também subscreva o ofício.

Logo que chegou à redação final do Orçamento, em fevereiro deste ano, o senador Suplicy lembra ter levado a papelada, que tinha cerca de três palmos de altura, à tribuna para apelar ao presidente Mauro Benevides a fim de que autorizasse o Prodassen (Serviço de Processamento de Dados do Senado) a ligar aos gabinetes de todos os senadores o Programa do Orçamento da União, permitindo uma investigação em regra de seus detalhes.

Reconhece Suplicy que foi graças a essa autorização que conseguiu chegar ao resultado definitivo, mostrando que o relator-geral enxertou, por sua própria conta, mais de 600 emendas, tornando a redação final diferente do texto, que foi aprovado na Comissão Mista e no plenário do Congresso, no dia 19 de dezembro. Na ocasião, Suplicy sugeriu que o Prodassen fizesse um levantamento completo, que foi concluído agora, “graças ao senador Mauro Benevides”.

Responsabilidades — Suplicy reconhece que, doravante, não haverá mais riscos de se repetir o que foi feito com o Orçamento de 1992. Mas insiste em que o Congresso não poderá deixar de apurar as responsabilidades pelo que pode perfeitamente ser caracterizado como uma fraude. Ele ilustra, aliás, com um exemplo. É como se o Congresso aprovasse o salário mínimo de Cr\$ 230 mil e o projeto chegassem ao Palácio do

Planalto para a sanção presidencial com o teto fixado em apenas Cr\$ 200 mil.

Suplicy elogia a declaração de Benevides avisando que, desta vez, não permitirá a prorrogação de prazos para que a Comissão e o plenário do Congresso aprovem o Orçamento. Observa o senador paulista, que esses pedidos de prorrogação, sempre atendidos pela Mesa do Congresso, é que permitiram os enxertos ilegítimos e irregulares que foram feitos no documento de 1992.

O senador Mauro Benevides já advertiu o presidente da Comissão Mista de Orçamento, informa Eduardo Suplicy — que a última reunião daquele órgão para votação da proposta orçamentária se realize, no mais tardar, no dia 14, dando tempo a que o plenário do Congresso vote finalmente a matéria no dia 15 do mesmo mês.

As emendas enxertadas têm que ser eliminadas no texto do Orçamento, e é preciso apurar as responsabilidades pelo enxerto para a devida punição, afirma o senador. Indaga Suplicy se seria humanamente possível ao relator-geral, Ricardo Fiúza, que passou dias inteiros trabalhando, examinar mais de 600 emendas da madrugada do dia 19 até às 16h do mesmo dia. “O que significa que os enxertos foram feitos após o dia 19”, comenta Suplicy.

Os três ministros militares levaram um susto quando leram a redação final do Orçamento, em fevereiro deste ano. Constataram facilmente, segundo se informa no Congresso, que a redação final acabara cortando dotações orçamentárias aprovadas para os ministérios militares tanto na Comissão Mista quanto no plenário do Congresso, no dia 19. O ministro da Marinha, almirante Mário César Flores, tinha expressado seu aborrecimento ao próprio Presidente da República, informando que sua pasta havia sido duramente prejudicada com os estranhos cortes.